



CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AVISO Nº POISE-31-2015-15

Vida Ativa para DLD

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Objetivo Temático 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação

Eixo Prioritário 3 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

Prioridade de Investimento 9.i - Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade

Tipologia de Intervenção 31 - Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral

Tipologia de Operação 3.04 - Vida Ativa para DLD

Junho 2015

Conteúdo

1. Preâmbulo	3
2. Calendário	3
3. Procedimento para apresentação das candidaturas	3
4. Dotação indicativa a conceder.....	3
5. Duração das candidaturas	3
6. Área geográfica.....	4
7. Diploma normativo enquadrador do instrumento de política pública.....	4
8. Âmbito/Objetivos	4
9. Ações elegíveis	4
10. Destinatários elegíveis.....	5
11. Entidades beneficiárias.....	5
12. Indicadores a contratualizar	5
13. Forma, montantes e limites dos apoios.....	6
14. Regras de elegibilidade das despesas.....	6
15. Despesas elegíveis	6
16. Processo de análise e decisão das candidaturas	6
17. Condições de alteração	7
18. Regime de financiamento e prazos de decisão	7
19. Eficiência e resultados	8
20. Direitos e obrigações dos beneficiários.....	8
21. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações.....	10
22. Divulgação dos resultados	10
23. Outras disposições.....	10
24. Contactos a nível nacional.....	11
25. Anexos	13
1. Prazos para análise e decisão de candidaturas.....	13

1. Preâmbulo

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, doravante designado por Regulamento Específico, publicado através da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, as candidaturas podem ser apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 (www.portugal2020.pt).

O presente aviso de concurso para apresentação de candidaturas foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e do artigo 9.º do Regulamento Específico.

2. Calendário

O período para apresentação das candidaturas decorre das 00:00h do dia 30 de junho até às 18:00h do dia 15 de dezembro de 2015.

3. Procedimento para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação das candidaturas, as entidades beneficiárias devem efetuar o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada para o beneficiário, da qual consta um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada reside uma série de dados relativos à caracterização da entidade beneficiária, os quais devem ser confirmados e completados, caso necessário, servindo de suporte às candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020.

4. Dotação indicativa a conceder

O financiamento público indicativo afeto ao presente concurso é de € 32.000.000 (trinta e dois milhões de euros) para uma meta de 188.235 participantes. A comparticipação pública da despesa elegível é repartida pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%).

5. Duração das Candidaturas

As candidaturas apresentadas, no âmbito do presente concurso, têm a duração máxima de 36 meses. As ações e projetos individuais integrados nas candidaturas apresentadas devem ter início e término no período de duração das mesmas.

Regulamento
Específico

Aviso no Portal
Portugal 2020

Regulamento Específico
Regulamento Geral
dos FEEI

De 30/06/2015 a
15/12/2015

Balcão 2020

32 M€
188.235 participantes

36 Meses

6. Área geográfica

As candidaturas abrangem as regiões NUTS II do Norte, Centro e Alentejo, sendo que a localização geográfica é aferida pelo local de realização das ações.

7. Diploma normativo enquadrador do instrumento de política pública

No âmbito da presente tipologia de operação financiam-se formações enquadradas na medida Vida Ativa – Emprego Qualificado, que se encontra regulamentada pela Portaria n.º 203/2013, de 17 de junho.

8. Âmbito/Objetivos

Constituem objetivos da presente tipologia:

- Reforçar a qualidade, a eficácia e a agilidade das respostas no âmbito das medidas ativas de emprego, particularmente no que respeita à qualificação profissional;
- Reforçar a adequação da formação ministrada às necessidades reais do mercado de trabalho, permitindo respostas mais céleres e capitalizáveis ao longo da vida;
- Valorizar as competências adquiridas por via da experiência e ou da formação prática em contexto de trabalho, como forma privilegiada de aproximação ao mercado de trabalho;
- Capacitar os desempregados com competências profissionais, sociais e empreendedoras, com particular incidência em áreas tecnológicas ou orientadas para setores de bens ou serviços transacionáveis, promovendo a integração ou reintegração na vida ativa e a mobilidade profissional e ou geográfica;
- Contribuir para o reforço de competências e ou para a obtenção de um nível de qualificação bem como, quando aplicável, para uma equivalência escolar.

9. Ações elegíveis

São elegíveis as formações que cumpram os critérios previstos na Portaria n.º 203/2013, de 17 de junho, designadamente:

- Percursos de formação modular, com base em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), tendo como referência, predominantemente, o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), podendo ainda incluir UFCD extra-CNQ, com vista a estimular a obtenção de uma qualificação e certificação profissionais ou de dupla certificação;
- Formação prática em contexto de trabalho, que complemente o percurso de formação modular ou as competências anteriormente adquiridas pelo desempregado em diferentes contextos.

NUTS II do Continente:
Norte, Centro e
Alentejo

Vida Ativa - Emprego
Qualificado

Formação Modelar

Formação Prática
em Contexto de
Trabalho

10. Destinatários elegíveis

São destinatários da formação financiada nesta tipologia:

- Os desempregados de longa duração (DLD) com habilitações inferiores ao ensino secundário.

11. Entidade beneficiária

Nos termos do previsto no artigo 101.º do Regulamento Específico, podem aceder aos apoios concedidos no âmbito da presente tipologia de operações o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), incluindo a sua rede de Centros de Gestão Direta e de Gestão Participada, enquanto organismo responsável pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública.

12. Indicadores a contratualizar

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o grau de cumprimento e de incumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na candidatura em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 7º do Regulamento Específico são contratualizados com as entidades beneficiárias, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Desta forma, serão contratualizados com a Autoridade de Gestão os indicadores identificados de seguida, salientando-se que o indicador de resultado contratado decorre diretamente do próprio indicador de resultado do PO ISE, no âmbito do objetivo específico em que se enquadra esta tipologia de operação.

Indicadores de Realização e Resultado do Concurso	
Indicador de Realização	Participantes ¹ de grupos desfavorecidos, incluindo DLD com baixas qualificações, em formação modular certificada
Indicador de Resultado	Participantes ¹ de grupos desfavorecidos, incluindo DLD com baixas qualificações, que foram certificados no final da formação modular certificada
Fórmula de cálculo do Indicador de Resultado	$\frac{\text{Nº de participantes}^1 \text{ de grupos desfavorecidos, incluindo DLD com baixas qualificações, que foram certificados no final da formação modular certificada}}{\text{Nº de participantes}^1 \text{ de grupos desfavorecidos, incluindo DLD com baixas qualificações, em formação modular certificada}} \times 100$

¹ Para efeitos de apuramento, a contabilização dos participantes, deve ser efetuada por UFCD e não por percurso formativo.

DLD

IEFP, I.P. e rede de Centros de Gestão Direta e de Gestão Participada

Contratualização de resultados

Indicador de Resultado:
Participantes de grupos desfavorecidos incluindo DLD com baixas qualificações que foram certificados no final da formação modular certificada

13. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste concurso revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

Subvenção não
reembolsável

14. Regras de elegibilidade das despesas

Na presente Tipologia de Operação, são elegíveis as despesas que tenham sido realizadas dentro do período de elegibilidade previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10º e artigo 23º da Portaria 60-A/2015, de 2 de março.

Período de
elegibilidade

15. Despesas elegíveis

São elegíveis na candidatura à presente tipologia as comparticipações previstas na Portaria n.º 203/2013, de 17 de junho, com respeito pelas normas estipuladas na Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, em matéria de elegibilidade de despesas e custos máximos.

Despesas elegíveis

16. Processo de análise e decisão das candidaturas

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso.

Decisão proferida pela
AG no prazo de 60
dias úteis

O mencionado prazo suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que deve ocorrer uma só vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significa a desistência da candidatura.

Suspensão do prazo

O beneficiário será ouvido no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

Audiência Prévia

A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver diagrama com as respetivas etapas e prazos, constante do anexo 1 ao presente aviso).

Notificação da
decisão - 5 dias úteis

Em caso de aprovação da candidatura, o termo de aceitação deve ser submetido eletronicamente, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, devidamente autenticado nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Termo de Aceitação
submetido eletrónica-
mente no prazo de
10 dias úteis

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela Autoridade de Gestão.

17. Condições de alteração

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são formalizados no Balcão 2020.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

18. Regime de financiamento e prazos de decisão

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão do termo de aceitação da decisão de aprovação;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima trimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020 até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Caducidade da
decisão

Pedidos de Alteração

Deferimento tácito em
30 dias, com exceção
de alterações ao plano
financeiro

Adiantamento:
15% do montante
aprovado por ano civil

Pedidos de
reembolso com
periodicidade mínima
trimestral

Informação anual da
execução física e
financeira até 31 de
março

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a Autoridade de Gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

A entidade tem direito ao reembolso das despesas efetuadas e pagas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso, não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade, conformidade e razoabilidade das despesas apresentadas pela entidade, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a Autoridade de Gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

19. Eficiência e resultados

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado, sendo que abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem de incumprimento, que pondera de forma equitativa a meta do indicador de realização e do indicador de resultado, sobre uma base de incidência de 10% do montante a aprovar em saldo (cf. simulador em anexo).

20. Direitos e obrigações dos beneficiários

A submissão da candidatura confere aos beneficiários o direito:

- a) à notificação da decisão que recaiu sobre a candidatura, em estrita observância dos prazos, forma e procedimentos estabelecidos no ponto 16 do presente aviso;
- b) ao recebimento do financiamento para realização da operação aprovada, apurado de acordo com a forma, montantes e limites estabelecidos nos pontos 13 e 19 e processado dentro dos prazos e em conformidade procedimentos constantes do ponto 18;
- c) ao acesso à informação e resultados respeitantes ao presente concurso, nos termos do ponto 22.

Decisão do pedido de reembolso em 30 dias úteis

Pagamentos de pedidos de reembolso até 85% do montante aprovado

Pedido de pagamento de saldo

Reduções do apoio

Decisão do pedido de saldo em 45 dias úteis

Cumprimento das metas: 90% do contratualizado

Direitos dos beneficiários

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura os beneficiários ficam obrigados, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a:

Obrigações dos
beneficiários

- a) executar as operações nos termos e condições aprovados;
- b) facultar o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
- c) conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do Programa, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável;
- d) proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável e as disposições previstas no ponto 21 do presente aviso;
- e) repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- f) manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação ou de outorga do contrato, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- g) ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- h) dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- i) assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- j) adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

As entidades beneficiárias ficam ainda obrigadas a:

- a) registar regularmente, no Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE), a execução física associada às operações aprovadas pelo PO ISE, recomendando-se que a atualização seja realizada com uma periodicidade trimestral;
- b) colaborar com a AG/OI no apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos nos anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

Às entidades beneficiárias assistem ainda os demais direitos e obrigações estabelecidos nas disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

21. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer documento relacionado com a execução de uma operação, designadamente qualquer certificado de participação ou outro certificado, devem reconhecer o apoio dos Fundos à operação, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO ISE, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

22. Divulgação dos resultados

No portal <https://www.portugal2020.pt> os candidatos têm acesso a :

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados do presente concurso.

23. Outras disposições

Às disposições contidas no presente aviso, aplica-se de forma subsidiária o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março e na Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, bem como nos regulamentos europeus, designadamente Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e 1304/2013, de 17 de dezembro.

Obrigações dos beneficiários, em matéria de indicadores

Informação e comunicação sobre o financiamento

Portal 2020

Outras disposições

24. Contactos a nível nacional

Autoridade de Gestão do PO ISE

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 86, 5º andar

1070-065 Lisboa

Contactos

Lisboa, 30 de junho de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional

Inclusão Social e Emprego

PO ISE



Domingos Lopes

Aviso retificado no ponto 2. Calendário, no ponto 25. Anexos e inserção do ponto 20. Direitos e obrigações dos beneficiários.

Lisboa, 28 de setembro de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional

Inclusão Social e Emprego

PO ISE



Domingos Lopes

Aviso retificado no ponto 2. Calendário e no ponto 25. Anexos.

Lisboa, 29 de outubro de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional

Inclusão Social e Emprego

PO ISE



Domingos Lopes

Aviso retificado no ponto 2. Calendário e no ponto 25. Anexos.

Lisboa, 30 de novembro de 2015

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional
Inclusão Social e Emprego
PO ISE



Domingos Lopes

25. Anexos

1. Prazos para análise e decisão de candidaturas

Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

